



O Ensino de Filosofia: uma via para emancipação, criticidade e autonomia do educando¹

Vinicius Britto Moraes*

Resumo: neste artigo, apresenta-se um prelúdio de ideias e vivências acerca da importância do ensino de Filosofia, apontando também para um caminho, onde, a partir de experiências e estudos, acredita-se que esse ensino possa ser melhor conduzido. Assim, como escopo, busca-se desenvolver breves considerações em torno da premissa de que o ensino de filosofia, este sendo aplicado em um novo paradigma educacional, pode ser uma via profícua para o processo de emancipação, esclarecimento (*aufklärung*) e autonomia do indivíduo. Nessa medida, o artigo terá como referência o ensaio “O que é esclarecimento” de Immanuel Kant, a obra “Educação e emancipação” de Theodor Adorno, e do artigo “O ensino de filosofia e a questão da emancipação” do comentador Walter Omar Kohan, entre outros textos de apoio. Por fim, buscaremos fazer uma correlação entre o ensino de Filosofia, seu potencial crítico-emancipador e o modelo de educação a distância, procurando destacar as possibilidades a serem abordadas dentro desse novo paradigma pedagógico, que, como mostraremos, apresenta inúmeras potencialidades a serem utilizadas no demandado processo de transformação da educação explorado no texto.

Palavras-chave: Educação; Ensino de Filosofia; Autonomia; Princípios da Educação Online; Emancipação.

¹ Pesquisa desenvolvida com fomento da FAPESC.

* Doutorando em Filosofia pelo PPGFil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: vinicius_britto.moraes@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7680551135024922>.

Teaching philosophy: a path to emancipation, criticism and autonomy of the student

Abstract: in this article, a prelude to ideas and experiences about the importance of Philosophy Teaching is presented, also pointing to a path where, based on experiences and studies, it is believed that this teaching can be better conducted. Thus, as a scope, we seek to develop brief considerations around the premise that the teaching of philosophy, being applied in a new educational paradigm, can be a fruitful way for the process of emancipation, enlightenment (*aufklärung*) and autonomy of the individual. To that extent, the article will have as reference the use of Kant's essay "which is enlightenment", of Adorno's work "Education and emancipation", by the commentator Walter Omar Kohan, in his article "The teaching of philosophy and the question of emancipation", among other supporting texts. Finally, we will try to make a correlation between Philosophy teaching, its critical-emancipating potential and the distance education model, trying to highlight the possibilities to be addressed within this new pedagogical paradigm, which, as we will show, presents countless potentialities to be used in the demanded process of transformation of education explored in the text.

Keywords: Education; Teaching Philosophy; Autonomy; Principles of Online Education; Emancipation.

La enseñanza de la filosofía: un camino hacia la emancipación, crítica y la autonomía del estudiante

Resumen: en este artículo se presenta un prelude de ideas y experiencias sobre la importancia de la Enseñanza de la Filosofía, señalando también un camino donde, a partir de experiencias y estudios, se cree que esta enseñanza puede ser mejor conducida. Así, como alcance, buscamos desarrollar breves consideraciones en torno a la premisa de que la enseñanza de la filosofía, siendo aplicada en un nuevo paradigma educativo, puede ser un camino fecundo para el proceso de emancipación, esclarecimiento (*Aufklärung*) y autonomía del individuo. En esa medida, el artículo tendrá como referencia el uso del ensayo de Kant "que es la

ilustración”, de la obra de Adorno “Educación y emancipación”, del comentarista Walter Omar Kohan, en su artículo “La enseñanza de la filosofía y la cuestión de la emancipación”. ”, entre otros textos de apoyo. Finalmente, buscaremos hacer una correlación entre la enseñanza de la filosofía, su potencial crítico-emancipador y el modelo de educación a distancia, buscando destacar las posibilidades a ser abordadas dentro de este nuevo paradigma pedagógico, que, como mostraremos, presenta innumerables potencialidades a ser utilizadas en el demandado proceso de transformación de la educación explorado en el texto.

Palabras clave: Educación; Enseñanza de la Filosofía; Autonomía; Principios de Educación en Línea; Emancipación.

Introdução

Atualmente, parece inconteste que a Filosofia ainda não esteja inteiramente estabelecida no âmbito escolar; seja pela herança ainda remanescente de um passado autocrático, onde a Filosofia somente há alguns anos está presente no curriculum escolar (e somente há alguns anos a mais deixou de ser proibida) seja pelo fato dela, mesmo antes do golpe militar, nunca ter sido vislumbrada como componente da formação escolar, mas tão somente elitizada como um hobby erudito para a aristocracia (Cf. KOHAN, 2010).

Diante desse cenário, não é de admirar que a Filosofia no Brasil ainda seja um saber quase “extraterreno”, fortemente marginalizado e depreciado, onde o filósofo, ou aspirante à filosofia, muitas vezes é tido como alienado, meliante; nossas instituições educacionais se encontra em inegável crise estrutural, nosso cenário político situa-se em uma crise aguda no tocante a representação política de nossa suposta democracia (Ibidem).

Ante esses problemas elencados, estes que são só um sumo

simplório de nosso real estado, um questionamento insurge: grande parte dessas mazelas não seriam oriundas da *acrasia*² atávica que nossa formação educacional e cultural corrobora? *Acrasia* esta que gera uma sociedade heterônoma, não esclarecida no uso autônomo de suas faculdades (em sentido Kantiano, *aufklärung*), submersa em total minoridade? E não seria a Filosofia um dos saberes encarregados de protagonizar a solução desse entrave? Neste caminho, pretendo desenvolver breves considerações em torno da premissa de que o ensino de Filosofia, este sendo aplicado em um novo paradigma educacional, pode ser uma via profícua para o processo de emancipação, esclarecimento (*aufklärung*) e autonomia do indivíduo, princípios estes que parecem fulcrais para uma guinada transformadora de nosso *status quo*.

Em específico e complementarmente, é possível explorar o instrumento moderno da educação a distância/online (EAD/EOL), partindo de seus princípios tais como elaborados por Mauricio Pimentel, como um novo modelo educacional, baseado em paradigmas pedagógico-emancipadores anteriores à era digital e se mostrando como um dos possíveis norteadores da transformação educacional que se mostra tão necessária. Sabemos dos problemas que atualmente assolam o campo da educação com a tentativa de transformar toda a educação presencial em educação online. Por isso mesmo, entendemos que com um estudo minucioso de suas possibilidades e efeitos, e com uma medida quantitativa certa, a educação a distância não só deixa de ser um problema, como tem o potencial para ser parte da solução.

Nesse texto, que busca apontar problemáticas extremamente preocupantes na nossa sociedade, o papel da Filosofia na solução das mesmas e os princípios da educação a distância como possibilidade concreta de auxílio no enfrentamento de tais problemas, se fará uso do ensaio “*O que é esclarecimento*” de Kant, da obra “*Educação e emancipação*” de Adorno, do comentador Walter Omar Kohan, em seu

² Do grego *akrasia*, que significa algo como “fraqueza da vontade”.

artigo “*O ensino de filosofia e a questão da emancipação*”, e do documentário “*la educación prohibida*”, entre outros textos de apoio.

A Filosofia na escola, a emancipação e esclarecimento (*aufklärung*) do educando

No tocante à tese de que a iniciação filosófica pode ser um caminho para a emancipação e esclarecimento do educando, corrobora-se com Adorno, quando cita que “[a] exigência da emancipação parece ser evidente numa democracia” (ADORNO, 1995, pag. 169). Porém, antes de desenvolvermos essa ideia, como sugere Kohan, mostra-se necessário pontuarmos a questão com um exame mais atento: “qual democracia? Como entender a emancipação? Por que ela se coloca como uma exigência? Para quem é exigida a emancipação? Quem é o sujeito que exige a emancipação? Qual o papel do ensino de filosofia em relação com a emancipação?” (KOHAN, 2010, pág. 203). No intento de responder, ao menos parcialmente, algumas dessas interrogativas, inicialmente no que diz respeito ao *esclarecimento*, Kant parece ser preciso em seu opúsculo, onde declara que

Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua menoridade, pela qual ele próprio é responsável. A menoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de outro. É a si próprio que se deve atribuir essa menoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. Sapere aude! (ouse saber) Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento (KANT, 1984, pág. 5, grifo nosso).

No entanto, ao contextualizarmos essa questão para a atualidade, em especial para as discussões em torno da educação, é notável que não somente o indivíduo é o responsável por essa menoridade (a preguiça e covardia, como assevera Kant), mas também este é um dilema do âmbito educacional. Que nossa atual sociedade civil é pautada, substancialmente, por requintados recursos de formação na heteronomia, na menoridade desprovida de judiciosidade crítica e entendimento autônomo é, de fato, difícil de contrapor, ainda mais onde uma indústria cultural de massa não parece mais ser a exceção, e sim a regra. Com efeito, uma sociedade que se intitule minimamente democrática, necessita pressupor a primazia da isonomia e soberania popular, esta que edifica-se na atividade do pensamento e vontade livres dos cidadãos, logo

[É] o pensar livre e rigoroso que permite alguém determinar o que é ou não é correto de ser feito em determinada situação. Quando isso não acontece, quando os habitantes de uma democracia não se servem de seu próprio entendimento, quando estão sob a tutela de outrem, ela pode conduzir à barbárie, ao holocausto, como na própria História da Alemanha. Por isso, uma educação para a emancipação é também uma educação contra a barbárie (KOHAN, 2010, pág. 204).

Dessa forma, Adorno elenca que "A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la" (ADORNO, 1995, pág. 119). Pois segundo o autor, foi precisamente pela exiguidade de discernimento, pela supressão do exercício da faculdade de julgar - isto é, esclarecimento, emancipação - que grande parte dos alemães endossaram o genocídio judeu.³ Nesse sentido parece patente que

³ Nessa via, poderíamos contextualizar o exemplo de Adorno com as chacinas que vêm sendo testemunhadas no Brasil: linchamentos em praça pública, tortura e aniquilamento de pessoas caluniadas como criminosas, ou espancamento geralmente letal de ladrões.

"[A] educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica" (ADORNO, 1995, pág. 121).

Nessa via, Theodor concebe a educação como uma formação para a autonomia, para reflexão, resistência e autodeterminação. O autor reitera que o uso livre e independente do pensamento por parte do educando pode ser um instrumento para desobscurecer a irracionalidade, essa que causou o flagelo em variadas dimensões, em tantas tragédias ao longo da história. Com efeito, Kohan assevera que:

A educação é um caminho necessário, imprescindível, para a emancipação individual e social. Sem educação crítica – o que, segundo vimos, no seu caso (Adorno) significa sem uma formação política e cultural que crie as condições para o exercício autônomo, livre e soberano da consciência – não há emancipação possível. Em certo sentido, a educação é também o espaço de encontro do indivíduo com a sociedade: uma educação que permita a emancipação individual, através da formação crítica, é a condição e o caminho mais sólido para a emancipação social. Sem educação crítica não há emancipação possível, em qualquer sentido interessante da palavra, nem dos indivíduos nem dos coletivos (KOHAN, 2010, pág. 207).

Portanto, parece defensável que a Filosofia, enquanto esfera do saber, seja elencada entre os elementos constitutivos para uma educação que vise a emancipação. Que é a filosofia senão - também - um saber elucidativo e dissipador de obscuridades, sejam elas oriundas de crenças infundadas, mitos, embustes, ilusões? Há muito não se pensa na filosofia

Barbáries essas executadas por supostos "justiceiros", esses influenciados por incitamentos ao ódio vindo de formadores de opinião extremistas, reprodutores de ideários fascistas. A execução a sangue frio de João Alberto Silveira Freitas, nitidamente motivada por discriminação racial, feita por seguranças da empresa Carrefour no dia 20 de Novembro em Porto Alegre, justamente no dia da consciência negra, é uma triste representação dessa conjuntura. Certamente estes são alguns dos exemplos hodiernos da *acrasia*, do desprovimento de juízo e heteronomia que Adorno teme e para o qual considera a educação como principal medida remediadora.

como via para o logro de verdades apodíticas. Porém, isso não significa que a filosofia não seja, por excelência, um saber crítico, inquiridor, o exercício sistemático da própria racionalidade humana, esse que, não rogando por verdades infalíveis, absolutas e universais, continua sendo uma via legítima que nos permite evitar o erro, o engodo, a falácia, em variadas matizes de nossa realidade.

Os entraves da instituição escola tradicional e a possibilidade de um novo paradigma educacional

Se antes do golpe militar no Brasil, uma escola ampla para um pensamento livre, diversificada e eficiente era um "prêmio" legado apenas a uma elite social, e se durante os desumanizadores "anos de chumbo", era um mero instrumento doutrinário, formador de mão de obra tecnicista, barata, tolhedora de toda e qualquer forma de manifestação humana que incitasse o questionamento das instituições, atualmente, a instituição escola, herdeira de muitos "genes" dos sombrios anos militares, está em uma crise estrutural nevrálgica, notável ao menor dos exames.

Acerca dessa crise estrutural, para realizar uma compreensão aprofundada parece patente desenvolver uma investigação histórico-genealógica, analisando o contexto social onde foi criado o conceito de uma escola pública, gratuita e obrigatória. Diante disso, algumas questões se fazem necessárias: com que objetivos tal instituição foi fundada? Que é a instituição escola em suas origens? Qual sua função original? O documentário "*La educacion prohibida*" oferece algumas respostas norteadoras e elucidativas sobre essas questões e, assim, partindo delas, talvez se possa entender as contradições internas que levam à iminente crise institucional que enfrentamos.

A película traz à tona a origem da escola pública, a qual se deu no séc. XVIII, na Prússia, período conhecido como despotismo esclarecido. Tendo como um de seus objetivos evitar o processo revolucionário que se insurgia na França, os monarquistas absorveram alguns elementos

iluministas para rejubilar o povo, ao mesmo tempo em que buscavam conservar a estrutura monárquica absolutista. Logo, a “escola prussiana” se fundava em uma férrea estratificação de classes e castas, estrutura essa com forte influência da educação espartana, objetivava promover a disciplina, obediência, em síntese, a conformidade com um regime autoritário.

É notável aqui o interesse da instituição escolar original em ser um ambiente que visava, em suma, 'criar' um povo dócil, obediente e apto a compor o corpo bélico necessário para as iminentes guerras que irrompiam naquele período; ou seja, tratava-se de uma doutrina formadora não de cidadãos, mas de subordinados súditos desses estados monárquicos. Não tardou para esse modelo se expandir internacionalmente, com a pregação de que este padrão proporcionaria educação para todos, no intuito de enaltecer princípios igualitários. Porém era precisamente o contrário o que esta instituição oriunda do despotismo pretendia perpetuar: modelos elitistas, estratificação social, divisão de classes.

Com efeito, a escola nasce de uma estrutura político-econômico-social positivista, que visava lograr os "maiores resultados observáveis, com o menor esforço e investimento possível", e onde as fundações educacionais obrigatórias eram fomentadas por industriários que procuravam, sobretudo, um ambiente-depósito para alojar os filhos dos operários durante suas longas jornadas de trabalho, ao mesmo tempo em que a nova geração de mão de obra rudimentar e de baixo custo era formada.

Logo, a matriz de produção industrial também foi absorvida não só na manufatura de mercadorias, mas também na formação educacional. Nesse sentido a "linha de montagem" mecanicista (taylorismo) era efetivada, além das fábricas, também na formação militar, bem como no âmbito escolar: seja nos procedimentos funcionais disciplinares (sirene para alertar o momento de se dirigir para as filas, essas de menor a maior etc.); no controle, através de severas disciplinas (cumprimento heterônimo das regras); na segregação curricular através de *grades* disciplinares, com base em metodologias fragmentadas, isoladoras dos saberes; na

homogeneização e uniformização (aplicação de conteúdos homogêneos que buscavam resultados iguais) dos educandos, desprezando suas singularidades; ora no fomento da competição através de dispositivos avaliativos quantificadores; por fim, no padrão arquitetônico das instituições escolares, que não ao acaso eram idênticos as fábricas e prisões. Em suma,

[A] escola se pensou como uma fábrica de cidadãos obedientes, consumistas e eficazes, onde pouco a pouco as pessoas se convertem em números, qualificações e estatísticas. As exigências e pressões do sistema acabam desumanizando a todos, porque vão além dos professores, diretores ou inspetores escolares (LA EDUCACIÓN PROHIBIDA, 2012).

Diante disso, uma interrogativa parece urgir: em que termos é possível dizer que a instituição escola mudou em sua estrutura interna, desde suas origens, até os dias de hoje? A educação não continua sendo a mesma? Um instrumento para formar um proletariado útil à máquina econômica? Um meio para que o estado de coisas atual perdure igual, perpetuando nossa estrutura social?

A realidade é que a essência da escola prussiana, está imersa na própria estrutura da nossa escola. Os exames padronizados, a divisão de idades, as aulas obrigatórias, os currículos desvinculados da realidade, o sistema de qualificações, as pressões sobre os professores e crianças, o sistema de prêmios e castigos, os horários estritos o claustro e a separação da comunidade, a estrutura vertical. Tudo isso continua fazendo parte das escolas do século XXI (La educación Prohibida, 2012, 27 m, 50 s.).

De fato, essa heteronomia atávica promovida pela instituição de ensino, que mais se assemelha a uma atividade de adestramento canino do que uma formação de indivíduos humanos, certamente, não é uma prática exclusiva do âmbito escolar, mas já é algo *internalizado* no seio de nossa

sociedade; até mesmo na educação pueril (primeira infância) promovida pela instituição família, onde desde a tenra infância o indivíduo já é condicionado a uma formação destituída da mínima liberdade, privado até mesmo de uma livre experimentação empírica, salutar à fase sensorial de qualquer criança. Talvez os chavões mais aplicados na infância de todas as crianças sejam os de: obediência, disciplina, bom comportamento, bons modos, quietude; estes que são conotados como componentes do modelo ideal de criança.

Como esperar que um ser que pulsa pela descoberta do mundo, ávido para saciar sua apetência por respostas sensoriais, empíricas, sobre um universo que ainda lhe é completamente novo, se adapte a esses grilhões? Estes, quiçá, inadequados até mesmo a um cão? Como assevera Rousseau, em sua obra *Emílio ou da educação*, que de modo sempre diretivista: “Nossa mania professoral e pedantesca é de sempre ensinar às crianças o que aprenderiam muito melhor por si mesmas, e esquecer o que só nós lhes poderíamos ensinar.” (ROUSSEAU, 2004, pág. 71)⁴

Decerto que a única forma de uma criança se amoldar a todas essas rédeas e mecanismos de controle, será em detrimento de uma das mais fulcrais qualidades humanas, esta que talvez seja a peculiaridade que nos difere enquanto pessoa humana, do restante dos animais: autonomia, faculdades deliberativas, em suma, a liberdade. Nesse sentido, Rousseau assevera:

Que devemos pensar então, dessa educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto, que prende uma criança a correntes de todo tipo e começa por torná-la miserável, para lhe proporcionar mais tarde não sei que pretensa felicidade de que provavelmente não gozará jamais? Mesmo que eu considerasse razoável essa educação por seu fim, como encarar sem indignação essas pobres infelizes

⁴ Obra esta que foi um divisor de águas no modo como entendemos a infância, combatendo com veemência a ideia de infância como um mero preâmbulo a vida adulta - esta que se dava como um treinamento de mini adultos-, e instaurando o conceito de infância, como fase singular do ser humano.

submetidas a um jugo insuportável e condenadas a trabalhos contínuos como os galeotes, sem ter certeza de que tantos trabalhos algum dia lhes serão úteis! (ROUSSEAU, 2004, pág. 72)

Por fim, Rousseau em forma de súplica, exorta-nos a primazia de humanizarmos a educação:

Homens, sede humanos, este é vosso primeiro dever; sede humanos para todas as condições, para todas as idades, para tudo o que não é alheio ao homem. Para vós, que sabedoria há fora da humanidade? Amai a infância; favorecei suas brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não teve alguma vez saudade dessa época em que o riso está sempre nos lábios, e a alma está sempre em paz? Por que quereis retirar desses pequenos inocentes o gozo de um tempo tão curto que se lhes foge, e de um bem tão precioso, de que não poderiam abusar? Por que quereis encher de amargura e de dores esses primeiros anos tão velozes, que não mais voltarão para eles, assim como não voltarão para vós? Não fabriqueis remorsos para vós mesmos retirando os poucos instantes que a natureza lhes dá (ROUSSEAU, 2004, pág. 72-73).

Em suma, estes escritos partem do princípio de que, somente com base em uma educação humanizada, os indivíduos poderão desenvolver-se na totalidade de suas potencialidades, enquanto seres livres e autônomos; educação, esta, centrada na criança (educando), que não será concebida como um meio para um fim, mas como um fim em si mesmo;⁵ onde o educando será respeitado e valorizado em sua singularidade, enquanto ser único e irrepetível, sem procedimentos homogeneizadores e uniformizadores; ora na horizontalidade do processo de aprendizado - que não se dá na mera transferência passiva dos saberes, mas através da

⁵ Essa ideia está Balizada na ACE (abordagem centrada no educando) de Carl Rogers (ROGERS, 1973).

participação ativa do educando - onde a autodidaxia é valorizada, e o educador será entendido como facilitador, não como mestre, detentor do saber; seja na busca pela *inter-trans-disciplinaridade*, onde os saberes são trabalhados em recíproca comunicação e relação, sendo elucidada a interconectividade de todas as áreas do saber, em contraponto à fragmentação isoladora de saberes, que nosso obsoleto paradigma educacional corrobora.⁶

Nesse caminho, uma educação humanizadora, terá como primazia a empiria (especialmente no tocante à infância), a experimentação e contato direto com o objeto de estudo, diferente dos modelos tradicionais, que operam na abstratividade de quadros negros (aparato este que perdura desde a formação eclesiástica), tendo como escopo a pessoa humana em sua integralidade e totalidade, no fomento de suas múltiplas faculdades e inteligências, diferentemente do reducionismo tradicional, que considera tão somente o QI como inteligência.

Os princípios da educação online: uma nova educação humanista

Ao construir a proposta pedagógica para o ensino de filosofia que defendemos ser a mais apropriada, partindo de toda a experiência acadêmica lograda ao longo da formação em Filosofia e seu respectivo ensino - especialmente em tempos de ensino não presencial, via internet, onde outras tecnologias ganham cada vez mais espaço - é possível elencar, também, alguns princípios fundamentais, inspirando-se na abordagem didático-pedagógica da *Educação Online* (PIMENTEL, 2020). Estes princípios irão projetar a supracitada concepção, a qual desenvolvo aqui, de uma *nova educação humanista*.

Estando de acordo com Mariano Pimentel (Ibidem), principal autor que utilizamos como suporte teórico nessa parte propositiva metodológica,

⁶ Ideia semelhante a esta é desenvolvida na Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. (FREIRE, 1996)

é importante ressaltar que a *Educação Online* também é uma (nova) abordagem didático-pedagógica. Nesse caminho, um dos primeiros pontos levantados é que uma atividade online não garante, por si só, a *interatividade* (que consideramos um fator essencial no processo de ensino/aprendizagem), pelo contrário. Esse é um dos temas que devemos tomar cuidado quando exploramos a educação online. Nessa análise ele traça a fundamental diferença entre a exposição de conteúdos, comum na linha que ele denomina de *instrucionista-massiva*, e a *aprendizagem colaborativa*, proposta defendida pelo autor a fim de que possamos superar os novos entraves enfrentados pela educação a distância em nosso país. Especialmente agora que a educação a distância deixa cada vez mais de ser uma rara exceção como modelo de ensino e vem se tornando um dos principais motores dos métodos educacionais modernos, principalmente após os efeitos da pandemia de covid-19.

Nesse sentido, de acordo com Pimentel, a Educação Instrucionista-Massiva - caminho o qual, como propomos, devemos evitar no ensino de Filosofia - pode ser definida pelas seguintes características: a) se assemelha ao conceito de ‘educação bancária’ de Freire, onde o educando se torna apenas um depósito de conteúdos; b) O aluno estuda sozinho (isoladamente); c) a mensagem (conhecimento) é fechada (acabada, finalizada) e, quando pensamos em um curso de Filosofia, pressupor um saber infalível, absoluto, “o ponto final”, isso se apresenta ainda mais problemático; d) A interação se dá apenas com conteúdos (*autoaprendizagem*, auto-estudo/isolamento); e) O ambiente de aprendizagem se resume à disponibilização de conteúdos, testes automáticos e recebimento de trabalhos; f) O estudo é dirigido, baseado em questionários para incentivar o aprofundamento de conteúdos; g) A tutoria é reativa: o professor, após a exposição dos conteúdos, fica disponível em horários restritos, apenas para ‘tirar dúvidas’ - é fato que os educandos, dificilmente, procuram o professor para tirar dúvidas e a experiência dos educadores corrobora com força esse ponto; h) O exame é baseado em provas avaliativas quantificadoras; e i) Conteudismo: foco

apenas nos conteúdos apresentados, tudo controlado num ambiente de aprendizagem restrito.

Já na abordagem da Educação Online (EOL), esses problemas acima poderão ser superados, desde que sigamos os seguintes princípios norteadores. Diferentemente da concepção do computador como uma máquina de ensino, este passa a ser apenas uma *ferramenta*, um meio de interação social. Tais princípios são:

1) Conhecimento como obra aberta: de acordo com Pimentel (Ibidem), na abordagem definida para o EOL, qualquer pessoa está autorizada a produzir conhecimentos novos sobre o assunto, a construção de conhecimento se dá de forma colaborativa (a interação é fundamental); por fim, o conhecimento é mutante, provisório, está em constante reelaboração/aprimoramento (falibilismo epistemológico).

2) Curadoria de conteúdos online: busca, organização e síntese de conteúdos online em múltiplos formatos e múltiplas linguagens. O conteúdo deixa de ser o foco: é apenas o disparador do processo de aprendizagem.

3) Ambiências computacionais diversas: a EOL pressupõe a utilização de diversificados ambientes de aprendizagem, mídias sociais, sistemas de conversação, de autoria (colaborativa) e aplicativos. Pimentel (Ibidem) nos provoca que toda a internet está a nossa disposição, por isso não faz sentido nos restringirmos aos recursos tradicionais. Esse ponto se reforça no que diz respeito ao ensino de Filosofia, uma área marcada pela interdisciplinaridade, por se interseccionar com tantas outras áreas do conhecimento. Na prática, como profissionais de Filosofia, esse diálogo plural com diversas outras áreas do saber, utilizando todos recursos e ambiências de aprendizagem possíveis, tem de ser uma característica fulcral a ser aplicada.

4) Aprendizagem Colaborativa: na EOL os processos formativos são baseados na interação social (interatividade), socialização, participação, compartilhamento, negociação e (exploração das) diferenças. Nessa análise, é importante acabar com a perspectiva de que o aluno está estudando sozinho, e avançar para a aprendizagem colaborativa. Em

relação ao ensino de Filosofia, como construir uma epistemologia filosófica, que não através do diálogo, permeado pelas intersubjetividades dos alunos e professores? Filosofia sem diálogo, sem debate e construção colaborativa é mero solipsismo.

5) Conversação e Interatividade: além da fala do professor, promover: conversação em grupo e em particular, conversação síncrona e assíncrona, conversas formais e informais. Pimentel (Ibidem) sugere que saíamos do *Modelo de Exposição* para o *Modelo de Conversação*. E usarmos assim ambiências conversacionais diversas: do e-mail ao whatsapp.

6) Atividades Autorais: fortalecer projetos de aprendizagem, atividades em grupo, prática contextualizadas e multiletramentos. Esse ponto se destaca quando falamos no ensino de Filosofia: fortalecer o desenvolvimentos de ideias autorais, críticas, e bem fundamentadas/justificadas por parte dos alunos é um requisito básico na aprendizagem de Filosofia.

7) Mediação Docente Ativa: dinâmicas de grupo, mediação para colaboração, mediação partilhada. Para Pimentel (Ibidem), é importante não esquecer a lição freireana em relação às atividades práticas: "[E]nsinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996). Em relação ao ensino de Filosofia, esse ponto fica ainda mais evidente, pois não podemos fazer uma mera transposição dogmática dos postulados filosóficos, mas sim apresentar os conteúdos, para que os próprios alunos possam examiná-los criticamente. E isso só pode ser feito quando há pró-atividade e estímulo por parte do docente.

8) Avaliação baseada em competências/habilidades, formativa e colaborativa: conforme Pimentel (2020), rastros da interação online possibilitam, além da avaliação de conhecimentos, avaliar habilidades (projetos, tarefas, trabalhos), e atitudes (presença, participação e colaboração). Precisamos nos libertar do reducionismo quantificador que homogeneiza os educandos, por isso elencamos esse princípio defendido

por Pimentel como fundamental no que diz respeito às avaliações no ensino de Filosofia.

9) busca pela *inter-trans-disciplinaridade*, onde os saberes serão trabalhados em recíproca comunicação e relação, sendo elucidada a interconectividade de todas as áreas do saber, em contraponto à fragmentação isoladora dos saberes (este que o obsoleto paradigma educacional bancário, como diria Freire, tanto reforça). Como foi dito, a Filosofia é um perfeito exemplo desse ponto: é possível pensar no ensino de filosofia, onde ela está isolada dos demais saberes?

Em suma, trazemos, mais uma vez, a proposição de que a única forma de superarmos os preconceitos oriundos da tecnofobia (em especial no ensino de Filosofia), comuns nas justificativas de rejeição ao ensino a distância por parte dos defensores do ensino presencial tradicional, é aceitarmos a perspectiva crítica de que o Ensino a Distância, fundamentado na abordagem instrucionista-massiva (conforme apresentado), não é o caminho que devemos percorrer, se realmente buscamos algum êxito em nossa atuação enquanto educadores, em particular, enquanto profissionais do modelo EAD. Os princípios da EOL apresentam-se como uma solução profícua, promissora e que vem baseando as metodologias educacionais de muitos educadores do ensino a distância. Por isso, devem ser considerados (somado a outras influências didático-pedagógicas) ao se pensar os novos fundamentos que nortearão o caminho dos educadores nesse novo momento desafiador em que a educação se encontra.

Porém, sem dúvida, os conservadores, ao terem contato com essas novas ideias, tempestuam, praguejando e pejorando como “utopia” qualquer via que possibilite a ruptura com o *status quo* tradicional, como já fizeram com a obra de Rousseau:

Quantas vezes não de se erguer contra mim! Ouço os clamores distantes dessa falsa sabedoria que sem cessar nos tira para fora de nós mesmos, que sempre considera o presente como nada e, perseguindo sem tréguas um futuro que foge à medida que avançamos,

de tanto nos levar para onde não estamos, leva-nos para onde não estaremos nunca. [...] Infeliz previdência, que torna um ser atualmente miserável, na esperança bem ou mal fundada de torná-lo feliz um dia! Pois se esses vulgares raciocinadores confundem a licença com a liberdade, e a criança que tornamos feliz com a criança mimada, ensinemo-los a distingui-las. Para não correremos atrás de quimeras, não nos esqueçamos do que convém à nossa condição. A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança (ROUSSEAU, 2004, pág. 73-74).

Diante disso, parece estéril e infrutífera a vertigem labiríntica com que se desviam, atualmente, estudiosos que pensam acerca da Filosofia da Educação, presos em embates teóricos sobre o porquê da Filosofia da Educação. Tendo em vista a deploração atual de nosso paradigma educacional, os diversos problemas basilares de nossa sociedade relatados, e partindo do pressuposto de que a Filosofia pode ser um agente fulcral para dissolução desses dilemas, não podendo ser omissa de modo algum frente a este estado de coisas, parece ficar patente que a discussão reiterada acerca do “porquê da Filosofia na educação” - esta que perdura há tantos anos e pouco se desloca - não resulta em algo muito diferente do que uma abstração e desprezo frente aos problemas concretos que enfrentamos.

Como foi colocado, a Filosofia pode ser caracterizada como o estudo de problemas fundamentais relacionados à existência, ao conhecimento, à verdade, aos valores morais e estéticos, à mente e à linguagem. Além do desenvolvimento como uma esfera específica do saber, a Filosofia é intrínseca à condição humana, não é apenas um conhecimento, mas uma atitude natural do homem em relação ao universo e seu próprio ser. Em suma, privar os educandos do ensino *real* de filosofia, é privá-los do direito à humanidade (conceito desenvolvido por Kant).

Considerações finais

Por fim, esse breve opúsculo possibilitou a oportunidade de exercer uma defesa - e talvez uma justificativa e uma proposição - em primeiro lugar, de uma crítica estrutural ao modo como as instituições tradicionais concebem a educação de modo geral (e específico, no que diz respeito ao ensino de Filosofia), utilizando-se como suporte diversos autores clássicos, tanto para se pensar a Educação, como o ensino de Filosofia. Foram eles: Adorno, Freire, Kohan, Kant, Rousseau, entre outros. Assim, também foi possível organizar e realizar a apresentação de uma nova metodologia para o ensino de Filosofia, levando em conta a era digital e a nova realidade que permeia a educação no Brasil e no mundo.

Sem dúvidas, pressupor o que denominamos como *nova educação humanista*, como princípio inspirador para a construção de um método de ensino de Filosofia, não implica que seja viável evitar todos os pontos negativos da abordagem instrucionista massiva-conteudista (a qual criticamos, com a ajuda da atualíssima proposta de Pimentel). Destarte, precisamos ressaltar que é improvável adotar, espontaneamente e de uma vez por todas, todos os princípios inovadores apresentados. Os obstáculos que dificultam a aplicação dessas novidades são inúmeros, e vão desde a acessibilidade (como já dissemos, nem todos estudantes têm acesso a um computador ou a internet de qualidade) até as dificuldades que o professor de Filosofia poderá encontrar referente ao uso das tecnologias (sabemos o quão deficitário e limitados são os estímulos para a formação continuada, o que muitas vezes impossibilita aos educadores, entre outras coisas, um engajamento apropriado com os recursos digitais, i.e., com o *letramento digital*). Como foi exposto, a interatividade e a ideia da possibilidade de construção de uma aprendizagem colaborativa são princípios norteadores da abordagem a qual defendemos. Porém, a aplicação desse princípio essencial pressupõe que o método empregado viabilize o contato e a conversação dos estudantes através de redes de comunicação (fóruns, e-

mail, redes sociais, como foi dito) para a elaboração de atividades em grupo etc. Nesse caminho, ainda que possamos nos deparar com barreiras no que diz respeito ao acesso às tecnologias e ao letramento digital, quando pensamos na interatividade como ingrediente principal para uma aprendizagem colaborativa, creio que com esforço por parte do educador e de todas as engrenagens do sistema educacional, esse princípio pode ser evocado na prática educativa, mesmo diante de circunstâncias limitantes como as atuais.

Enfim, como disse muitas vezes em suas prosas Eduardo Galeano (citando seu amigo Fernando Birri): "A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".⁷ Nossas ideias, nossas metas e sonhos por uma educação de qualidade são os elementos que nos colocam em movimento, para que não nos acomodemos nas contradições e não deixemos de buscar os verdadeiros princípios que nos inspiram, mesmo que essa marcha não tenha fim.

E este pequeno opúsculo, aqui apresentado, é apenas um passo de um projeto maior de popularizar a Filosofia, removendo-a das ‘caixas hermeticamente fechadas’ em que foi encerrada por nossa cultura, e assim desmistificar seu ensino, com o propósito de apresentar a ideia de que o exercício do “filosofar” é menos erudito, menos rebuscado, menos longínquo e mais próximo de nossa realidade, mais próximo de nós, do que imaginamos. E, finalmente, é uma importante via para pensarmos na emancipação e autonomia dos educandos que, como defendemos inicialmente, são caminhos que inevitavelmente devem ser percorridos, para superarmos os problemas que permeiam nossas relações societárias. Certamente uma descrição que esgote o projeto de uma formação autenticamente humana, requisitaria no mínimo um grosso tratado, mas de

⁷ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs&ab_channel=CanalBrasil>

modo sumário essas características parecem elencar ao menos alguns dos elementos prioritários.

Referências

- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BRETON, Philippe. *História da informática*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- KOHAN, Walter O. O ensino de filosofia e a questão da emancipação. In: CORNELI, Gabriele; CARVALHO, Marcelo; DANELON, Márcio (Coords.). *Filosofia: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- PIMENTEL, Mariano. Do livro impresso ao weblivro: experiências de um professor-pesquisador-autor na cibercultura. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edméa (Org.). *O livro na cibercultura*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2019.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROGERS, Carl R. *Liberdade para Aprender*. 2 ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.
- PIMENTEL, Mariano; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte. Princípios da Educação Online: para sua aula não ficar massiva nem maçante! *SBC Horizontes*, maio 2020. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/23/principios-educacao-online>. Acesso em: 1 out 2020.
- KANT, Immanuel. *Opúsculo*: Resposta a pergunta "Que é esclarecimento?" (was ist aufklärung). 1784. Disponível em:

http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

"*La educacion prohibida*", 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8o-PkuaueM> Acesso em: 1 out. 2020.

Data de registro: 23/08/2022

Data de aceite: 13/12/2022